

Engenheiros e arquitetos portugueses esperançados em acordo com Brasil

Lisboa, Portugal 11/06/2013 16:12 (LUSA)

Lisboa, 11 jun (Lusa) – Os engenheiros e os arquitetos portugueses consideraram hoje que foi dado um passo importante com o acordo político para o reconhecimento dos graus académicos no Brasil e esperam agora menos entraves ao registo profissional, necessário ao exercício da profissão.

Tanto a Ordem dos Engenheiros, como a Ordem dos Arquitetos, haviam já estabelecido protocolos com as congéneres brasileiras no sentido de agilizar os procedimentos para o exercício mútuo da profissão.

“Há várias iniciativas que a Ordem tem vindo a tomar no sentido de concretizar um grande objetivo, que é a mobilidade dos nossos engenheiros, com reciprocidade, é evidente”, disse à agência Lusa o bastonário dos engenheiros, Carlos Matias Ramos.

Neste sentido, foi assinado em 2011 um acordo com o órgão que regista e regula o exercício da atividade no Brasil (CONFEA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).

“Da [parte da] Ordem dos Engenheiros há todo o entusiasmo em relação a esta iniciativa, que vai permitir uma maior e mais rápida resolução de um problema que se arrasta há muito tempo”, defendeu o engenheiro.

De acordo com Carlos Matias Ramos, a lei brasileira impõe que os profissionais estejam registados no sistema CONFEA, o que pressupõe o reconhecimento dos diplomas.

O bastonário espera agora maior abertura do novo presidente do CONFEA para que os engenheiros portugueses possam trabalhar no Brasil.

Manifestando confiança na vontade política espelhada no acordo, Matias Ramos recorreu a afirmações de responsáveis do sector da Educação para frisar que o Brasil precisa de 70.000 engenheiros e forma apenas 44.000.

“A engenharia brasileira, para incrementar os planos de desenvolvimento que foram estabelecidos pelo Governo, precisa de bastantes engenheiros e os engenheiros portugueses estão particularmente vocacionados para dar o seu contributo para o desenvolvimento que o Brasil precisa”, declarou.

Também o presidente da Ordem dos Arquitetos, João Rodeia, encara positivamente o reconhecimento dos títulos académicos, na medida em que é uma condição para o registo do exercício profissional, “algo muito moroso, em particular no Brasil”.

Segundo o arquiteto, o processo durava “largos meses”, por vezes anos: “Se se confirmar que é mais célere, senão mesmo automático, obviamente poupa-se muito trabalho, muito esforço e tempo aos candidatos dos dois países”.

A Ordem dos Arquitetos celebrou há cerca de dois meses um acordo com a congénere brasileira para a criação de um grupo de trabalho que, até outubro, clarifique o sistema de admissão dos dois países, tentando concertá-lo.

Os cursos de engenharia e arquitetura portugueses vão ser reconhecidos pelo Estado brasileiro, na sequência de um acordo assinado na segunda-feira à tarde no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.

Paulo Portas e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota, assinaram na segunda-feira, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, acordos na área da Educação e Ensino Superior, destacando-se o reconhecimento e certificação dos cursos de arquitetura e engenharia.

O protocolo firmado na segunda-feira entre os dois países permite a qualquer graduado em engenharia ou arquitetura nas universidades portuguesas, pré ou pós Bolonha, ver reconhecido o diploma do outro lado do Atlântico.

AH (PSP/NL) // SO

Lusa/fim